

Preservação patrimonial e impactos ambientais na Amazônia brasileira: a necessidade de um debate decolonial sobre as ilhas de Ananindeua-PA

Heritage preservation and environmental impacts in the Brazilian Amazon: the necessity of a decolonial debate about the islands of Ananindeua-PA

Victória Emi Murakami Vidigal¹
Carmen Lucia Souza da Silva²

Resumo: A cidade de Ananindeua, localizada na Amazônia brasileira, no estado do Pará, abriga nove ilhas em seu território, banhadas pelo rio Maguari. Em 2022, foram reconhecidas como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do estado, refletindo a diversidade ambiental e cultural da região. Também, com o tempo, essas ilhas têm, cada vez mais, obtido visibilidade turística. Este artigo enfatiza a importância de se adotar uma perspectiva decolonial ao analisar o arquipélago, considerando as possíveis consequências das construções próximas ao rio e das atividades humanas na área. É fundamental promover um debate contemporâneo sobre as implicações ambientais que podem resultar do entendimento distorcido sobre o progresso. Essa discussão é especialmente relevante, pois as ações humanas afetam diretamente o patrimônio da população tradicional amazônica, em particular as comunidades das ilhas, que precisam preservar sua identidade, memória e conexão com a natureza. A preservação desses elementos é crucial para a manutenção de uma região vital para o planeta, o que se insere nas discussões globais sobre as consequências da crise climática enfrentada atualmente.

Palavras-chave: Ilhas de Ananindeua; patrimônio cultural; decolonialidade; crise climática; Amazônia.

Abstract: The city of Ananindeua, situated in the Brazilian Amazon within the state of Pará, encompasses nine islands surrounded by the Maguari River. In 2022, the islands were designated as Intangible Cultural Heritage of the state, a status that reflects the region's notable environmental and cultural diversity. Over time, the islands have also become more prominent as tourist attractions. This article emphasizes the necessity of adopting a decolonial perspective when analyzing the archipelago, taking into account the potential consequences of construction projects in the vicinity of the river and human activities in the region. It is imperative to initiate a contemporary debate on the environmental implications that may arise from a warped interpretation of progress. This discussion is particularly pertinent given the direct impact of human actions on the heritage of the traditional Amazonian population, in particular the island communities, who are in need of preserving their identity, memory, and connection with nature. The conservation of these elements is of paramount importance for the maintenance of a region that is vital to the planet, and which is a key topic in the global debate on the consequences of the climate crisis.

Keywords: Ananindeua Islands; cultural heritage; decoloniality; climate crisis; Amazon.

Introdução

Em 2022, as Ilhas de Ananindeua foram reconhecidas no estado brasileiro do Pará como “Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial”, a partir da Lei nº 9.554. Essa atribuição tem potencial transformador e mobilizador. Por um lado, pode ampliar a visibilidade sobre esta região, para onde mais turistas podem ser atraídos. Mas por

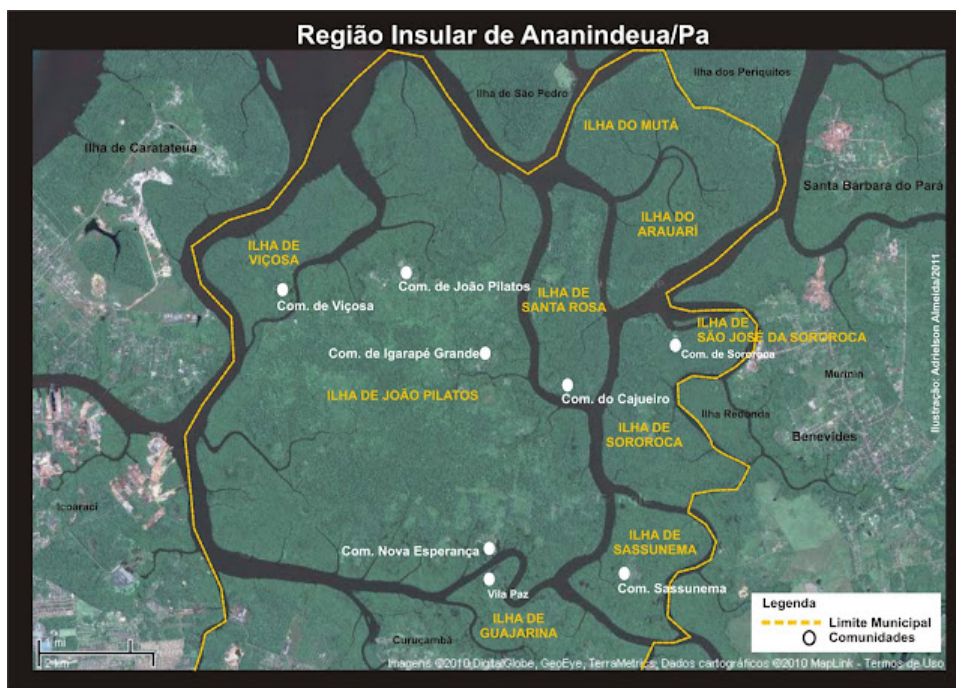
¹Mestre em Ciências do Patrimônio pela UFPA, Professora de História da rede particular de ensino. Email: victoria.murakami@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2837-8307>

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos (RS). Professora associada da UFPA. Email: carmensilva@ufpa.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2487-1823>

outro lado, gera uma necessidade maior de proteção desse território, ainda pouco conhecido em sua complexidade.

Ananindeua é um município localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB)³, no estado do Pará, e também inserida na Amazônia brasileira. É considerada como uma das cidades mais populosas do estado⁴, atrás apenas da capital, Belém. Na RMB, existem diversas ilhas, como mostra a Figura 1, cuja responsabilidade administrativa e de preservação fica a cargo de cada município onde estão localizadas. No caso de Ananindeua, somam-se nove, compondo um arquipélago composto pelas ilhas João Pilatos, Sassunema, Mutá, Arauari, Santa Rosa, Viçosa, Sororoca, Guajarina, São José da Sororoca.

Figura 1 - Mapa das Ilhas de Ananindeua.



Fonte: Adaptado por Almeida (2010), a partir de Google Earth.

A denominada “parte insular” da cidade é banhada pelo Rio Maguari. Também há os chamados igarapés e furos do rio, os quais atravessam o arquipélago e ainda são vias que conduzem ao centro urbano. Ou seja, só é possível chegar às Ilhas por transporte fluvial. As comunidades que estão presentes no território são consideradas populações tradicionais. A maioria da população vive de subsistência. São pequenos

³ A RMB é composta pelas cidades de Belém; Ananindeua; Marituba; Benevides; Santa Bárbara do Pará; Santa Izabel do Pará; Castanhal e Barcarena.

⁴ Ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Cidade de Ananindeua. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ananindeua/panorama>

agricultores, pescadores, artesãos. Entretanto, há muitos habitantes que se deslocam para regiões de maior concentração urbana para trabalhar em diferentes profissões. Portanto, apesar de viverem em área remota, têm contato principalmente com o centro de Ananindeua, além de comercializarem com outros municípios, como por exemplo Belém. Alguns moradores ainda praticam o turismo comunitário, onde, junto com pequenas empresas privadas, propõem roteiros de visitação, trilhas e lazer para turistas.

As práticas culturais e religiosas dessas comunidades são diversificadas, constituídas por manifestações em diferentes religiões, desde católica às de matrizes africanas, e por suas próprias festividades, saberes, técnicas e atividades cotidianas. O Círio de Nossa Senhora da Conceição, as festividades do açaí e do cupuaçu são alguns dos momentos célebres. Nestas ocasiões, é permitido que a população que não reside no arquipélago acesse livremente as ilhas, diferentemente de outras circunstâncias, quando é necessária autorização dos moradores para acessá-las. Nestas festas, embaladas por muita música, são comercializadas as produções alimentares e artísticas das comunidades, logo, abertas para visitantes também.

Diante desse potencial patrimonial, as Ilhas foram consideradas Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, a partir da Lei estadual nº 9.554/2022, como citado anteriormente. Apesar deste reconhecimento ser enriquecedor para o arquipélago, há críticas diante da necessidade de salvaguarda deste patrimônio, sujeito a impactos ambientais, inclusive decorrentes dos efeitos da lei. Neste contexto, este trabalho propõe a reflexão, com base em documentos e vivências nas Ilhas, sobre a necessidade de discutir de forma decolonial a vida das comunidades tradicionais, que compõem diferentes paisagens na Amazônia, na qual integra-se também o patrimônio material e imaterial de Ananindeua.

O presente artigo discute, portanto, a partir de um viés decolonial, as ações decorrentes dessa visibilidade patrimonial, econômica e turística que as Ilhas estão recebendo. Essa evidência, sem dúvida, é interessante tanto para os moradores das ilhas quanto para os governos municipal e estadual, de certa forma. No entanto, até que ponto estas ações consideram realmente as necessidades atuais de preservação? Especialmente em relação ao meio ambiente, para que não se dê preferência ao consumo imediato sem considerar suas consequências para o futuro.

1. A importância da decolonialidade e as Ilhas

No Brasil por muito tempo, como afirma Cida Bento (2022), há uma natureza desigual desde o processo de colonização, na qual os europeus brancos estipularam e construíram sobre identidades já existentes a sua própria como contraste. Contudo, é preciso também ver a cultura e a natureza como uma forte arma política, principalmente quando falamos de Amazônia. Nesse contexto, é fundamental liberar-se do mito civilizatório europeu, que por longo período permeou e dominou a sociedade brasileira, para avançar em direção a uma verdadeira sociedade decolonial, com ideias e experiências conscientes das consequências e raízes do preconceito branco e capitalista. Precisa ser superada a noção de que a modernidade e o progresso estão associados ao desmatamento e à privatização de espaços, ou à valorização material vinculada aos padrões brancos.

Nesse sentido, Bispo dos Santos (2023, p. 2) enfatiza que o “processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta”. Para começar a criar novas formas de valorização da diversidade, principalmente amazônica, é necessário inicialmente adotar o conhecimento ancestral como uma forma de tecnologia, já que a “memória também é uma construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça vínculos da comunidade” (Bento, 2022, p. 39). Possivelmente, seríamos mais modernos se soubéssemos integrar e reconhecer nossa ancestralidade em nosso cotidiano.

Na região norte do estado do Pará há muitas referências remanescentes do período colonizatório, sobretudo portuguesas e francesas, principalmente na arquitetura. A materialidade patrimonial, por ser mais visível, é algo mais interessante para muitos políticos investirem quando se fala de patrimonialidade, muitas vezes deixando de lado alguns elementos imateriais, que também são referências, não apenas europeias, mas também indígenas e africanas. Nesse caso, a valorização da construção identitária através dos diferentes símbolos, para além do arquitetônico, seria uma forma de propor outros olhares e discursos, decoloniais, para população e visitantes.

Esse desapego estrutural “é a chave analítica que permite visualizar o espaço de confluência entre a modernidade e o capitalismo, bem como o campo formado por essa associação estrutural” (Quintero; Figueira; Elizalde, 2019, p. 6), não se pretendendo a lógica colonial de exploração com questões que vislumbrem apenas o que vem de fora, ou o que tem referência estrangeira. “Os colonialistas dizem que não

temos cultura quando não nos comportamos do jeito dele” (Bispo dos Santos, 2023, p. 12). Por isso, destacar a riqueza e a diversidade que podem ser encontradas no território da Amazônia, as diferentes identidades e ensinamentos socioculturais, é estratégia não só para descolonizar espaços, mas também para exaltá-los.

Isso porque o pensamento decolonial nos possibilita contar uma história diferente, sendo um “movimento de resistência - teórico, epistêmico, cultural, prático e político - à lógica da Modernidade/Colonialidade” (Almeida; Silva, 2015, p. 43). Esse pensamento é necessário para falarmos não apenas das crises ambientais e climáticas que vêm ocorrendo no mundo, mas também de outras adversidades adjacentes. Neste contexto, Antônio Bispo dos Santos (2023) aborda o conceito de cosmofofia, através do qual ressalta que as questões de depredação ambiental, esquecimento cultural, exploração, e tudo aquilo que tem “a necessidade de desenvolver, de desconectar, de afastar-se da originalidade” (Bispo dos Santos, 2023, p.14) estão presentes no cotidiano do mundo colonizador. Assim, cortar as raízes coloniais e evidenciar problemáticas locais, que também são globais, também fazem parte de um debate decolonial. Discussão, portanto, necessária para refletir sobre os impactos nas Ilhas de Ananindeua decorrentes de interesses econômicos e políticos, como especulação imobiliária e crescimento do turismo, desenvolvidos sem uma sensibilidade temporal, sociocultural e natural.

Nesse sentido, termos como “justiça ambiental, conflitos socioambientais e geopolítica da natureza passam a ganhar relevância” (Fleury; Miguel. Taddei, 2019, p. 19). Isto a partir da ação de movimentos sociais, que levantam a pauta sobre a sociedade e a natureza, a crise climática e as consequências imperialistas coloniais. Essa questão nos permite refletir sobre como as sociedades têm se comportado ou se comprometido em relação a sua ancestralidade e aos outros seres vivos ao seu redor. Também sobre como as ações humanas interferiram e agrediram em grande parte a natureza.

Segundo Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 8), a humanidade se desconectou da natureza. Logo, é interessante questionar como e por que os seres humanos, ditos civilizados, conseguem destruir aquilo que mais precisam e de forma tão violenta. Os seres humanos precisam da cultura, da natureza, mas seu protagonismo colonial, de um sistema exploratório, se sobressai. Agora, em meio a uma crise climática, a reversão desse processo é essencial e precisa ser feita com urgência e com todos os esforços possíveis. A partir disso, defender uma ideia de lugares e políticas

sustentáveis em tempo recorde é a voga do momento. Vale questionar: a que custo e quanto custa?

Para o sistema capitalista, a qualquer custo é relevante investir no conforto de um pequeno grupo branco que detém o poder e, aliás, é o menos afetado diante de todas as consequências, ainda que seja seu causador. Mas o custo maior recai sobre aqueles que não têm as vantagens do privilégio “moderno”, que vivem cotidianamente a exploração, o racismo ambiental, o racismo estrutural como um todo, entre outras questões. Esses são os mais afetados, direta ou indiretamente.

Na Amazônia, estar de frente para o rio é um privilégio. Exemplo disso é a orla de Belém e a estação das docas, um dos principais pontos turísticos da capital que tem o rio como paisagem. Neste sentido, a segunda cidade mais populosa do estado do Pará, Ananindeua, também precisaria do seu cartão postal, para mostrar também o seu rio e o seu desenvolvimento. Uma hipótese que advém da observação das intervenções que vêm sendo feitas nesta área.

Em 2023, a obra de reestruturação da Orla de Ananindeua foi entregue à população pelo poder público municipal. De acordo com Cruz (2023), seria o novo cartão postal da cidade do Anani, árvore símbolo que dá nome ao município. Conforme a reportagem, a obra geraria “melhorias econômicas” através do turismo, neste espaço de lazer e de contato com a natureza. “Segundo a prefeitura, pela primeira vez na história de quase 80 anos de emancipação política, Ananindeua ‘se vira para frente do rio’, ou seja, para uma parte da cidade que a maioria da sua população desconhecia: a região das ilhas. ‘O novo símbolo da cidade que promete ser um dos principais cartões postais para o turismo local’, afirmou a gestão do município em comunicado à imprensa” (Cruz, 2023).

Portanto, a mensagem do poder público, expressa na reportagem, é que a população estava de costas para o rio e para as Ilhas. Logo, esta seria uma oportunidade de conhecer não só o novo espaço da cidade, mas também outros, a partir da orla como uma janela para aquilo que muitos desconheciam, uma porta de acesso ao inexplorado. Essa questão simbólica nova, criada propositalmente para atrair a população e os turistas, é uma forma de política promotora, dita preocupada com a região. Mas será que foi pensada de forma abrangente, em um todo? O que a reportagem não discute é que, com mais 800 metros de orla, é possível cogitar e visualizar a devastação ambiental de uma região como consequência da obra, como pode ser observado na Figura 2. Com o passar do tempo, com a valorização da

região, provavelmente haverá aumento da especulação imobiliária e da poluição em diversos sentidos.

Figura 2- Orla de Ananindeua em construção, setembro de 2023



Fonte: Murakami Vidigal, V.E.

Ainda sobre o estar de costas para o rio, poderia ser também compreendido como uma metáfora acerca da ignorância que o sistema criaria na percepção do mundo: não perceber em seu próprio território as diferentes regiões, identidades e símbolos existentes e que constituem o patrimônio de uma cidade. Logo, “se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade” (Krenak, 2019, p. 9) irão continuamente valorizar mais o outro do que aquilo que faz parte ou está presente na história local, caindo mais uma vez no berço europeu e na lógica colonial de adoração.

Malcom Ferdinand (2022), em seu livro *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*, faz uma analogia sobre a ecologia decolonial com a “fratura colonial, com a saída do porão do navio negreiro” (Ferdinand, 2022, p. 34). O autor destaca a urgência de se ter novas perspectivas sobre o mundo e as crises que o cercam, como a crise climática, a poluição, as violências das diferentes formas.

Logo, é preciso buscar novas soluções, pois “a ecologia decolonial é um grito multissecular de justiça e de apelo por um mundo” (Ferdinand, 2022, p. 71).

Assim, o grito das populações tradicionais da Amazônia, que precisa ser dado com urgência, não é de hoje. O grito de socorro vem desde o ano de 1500 no território hoje nomeado Brasil, e a exploração segue de diferentes formas. É fato que “as destruições ambientais não atingem todo mundo da mesma maneira, tampouco apagam as destruições sociais e políticas já em curso” (Ferdinand, 2022, p. 22). Mas a degradação de uma região pode ser sentida com o tempo, posto que as ações humanas atingem em primeiro lugar o ecossistema até gerar consequências em outros espaços, e alcançar um maior número de pessoas, já que é cíclica.

A ideia da criação de um espaço novo para a cidade é sim bem-vinda. Contudo, é relevante que esses lugares sejam bem planejados, não apenas para a apreciação do presente, mas para que não prejudiquem e nem nos façam reféns de ações críticas no futuro. Nesse caso, é relevante refletir sobre os caminhos que pensamos para a sociedade amazônica no atual contexto climático, pois “a identidade em política é crucial para a opção descolonial, uma vez que, sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas [...] por discursos imperiais [...], pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista” (Mignolo, 2008, p. 289).

Uma política que visa, para além de fins de produção, uma “opção descolonial”, uma promoção que adote uma abordagem focada em questões humanitárias, valorizando a identidade e a dignidade humana, e que se distancie de uma perspectiva capitalista. Uma ruptura com os discursos imperiais que se baseiam na lógica econômica de produção colonial.

Segundo Walter Mignolo (2008), sair da lógica colonial exploratória, indo em direção ao “pensamento descolonial”, seria haver identidade em política, se afastando do imperialismo, patriarcalismo, racismo e outros pensamentos semelhantes. Seria uma desconstrução daquilo que o branco europeu impôs sobre o outro, julgando-se superior, desorganizando e destruindo outras identidades já existentes no território brasileiro. Em suma, considerar questões como a que o autor enfatiza: “O Estado plurinacional que os indígenas e os afros reivindicam fica nos Andes, é uma manifestação particular do maior horizonte de pluriversalidade e o colapso de qualquer universal abstrato apresentado como bom para a humanidade inteira, sua própria similaridade. Isto significa que a defesa da similaridade humana sobre as diferenças

humanas é sempre uma reivindicação feita pela posição privilegiada da política de identidade no poder” (Mignolo, 2008, p. 300).

O que Mignolo (2008) quer dizer é que o mundo é pluridiverso, e existe essa pluridiversidade em uma nação, como no caso do Brasil onde há uma pluridiversidade cultural. Na América do Sul, em geral, podemos encontrar descendências africanas e indígenas, e seus gritos precisam também ser ouvidos e representados, não apenas daquele que se diz superior e quer que apenas suas necessidades sejam ouvidas e solucionadas. As populações tradicionais também precisam ser ouvidas. São elas que conhecem muito melhor as riquezas e como de fato o meio em que vivemos funciona. Não deve haver privilégios, nem a cultura do merecimento. As políticas deveriam chegar para todos da mesma forma, assim como todos deveriam ser ouvidos para buscar as melhores formas de construir políticas públicas de qualidade, sensíveis e com transformações apenas benéficas.

Nesse mesmo contexto, “partindo da pluralidade constitutiva das existências humanas e não-humanas na Terra, das diferentes culturas, tomar o mundo como objeto da ecologia é trazer de volta para o centro a questão da composição política entre essas pluralidades e, portanto, de um agir conjunto” (Ferdinand, 2022, p. 39). Quando falamos das Ilhas a partir desse pensamento decolonial, é possível e preciso desconstruir as necessidades políticas de atores de um grupo micro que detém o poder. É necessária a visão macro de um todo. Da população, dos moradores das ilhas, e até mesmo daquele que acham que não tem voz: a natureza.

Na Amazônia, diversas comunidades tradicionais, como os habitantes das ilhas, dependem da subsistência e têm uma profunda relação com a natureza, sabendo como preservá-la. Contudo, nem todos os visitantes ou moradores das áreas vizinhas reconhecem a importância da natureza ou entendem como devem tratá-la.

Os indivíduos que habitam cotidianamente esses territórios devem ser o foco das políticas públicas, em contraste com aqueles que os visitam temporariamente e podem causar danos ao meio ambiente. As ações desses visitantes, motivadas por interesses capitalistas, não se limitam ao momento da visita, resultando em consequências duradouras. Um exemplo disso é o plástico descartado à beira do rio em um restaurante criado por um empresário com o objetivo de atrair um grupo elitizado que busca uma experiência moderna na região, comercializando atrações naturais. O que é natural está sendo comprometido pela falta de conscientização ambiental e patrimonial desses turistas. O plástico, entre outros materiais poluentes,

pode desencadear, em uma complexa cadeia ambiental, uma devastadora bolha de destruição prestes a explodir.

É inevitável, “a catástrofe nasce precisamente das ações empreendidas pelos seres humanos antes mesmo do perigo” (Ferdinand, 2022, p. 94). Por isso, construir novos espaços, principalmente como uma orla, na qual afeta diferentes humanos e não-humanos, mais maleficamente do que benéficamente, deveria ser pensado a longo prazo. Giddens (1991) já discutia essas questões a partir das consequências humanas em sua reflexão sobre a Sociedade em Risco. O autor questionava em primeiro lugar o que seria essa modernidade, esse estilo de vida que o sistema implementou no cotidiano humano europeu do século XVII, e tornou-se uma influência no tempo presente em vários continentes a partir do imperialismo, nos desvencilhando “de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes” (Giddens, 1991, p. 10).

A modernidade é apresentada como algo inovador. Entretanto, Giddens afirma que ela “também tem um lado sombrio que se tornou muito aparente no século atual” (1991, p. 13). As construções devastadoras, que destroem a natureza e ocasionam consequências ambientais, sem preocupações ecológicas, são vistas como geradoras, a curto e longo prazo, de riscos à sociedade e ao planeta.

Em suma, o capitalismo, “tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições” (Giddens, 1991, p. 22), apresenta um viés que, embora pareça moderno, reflete um caráter específico de risco. Tomemos o exemplo da orla e das ilhas, elas são sim as protagonistas do momento. Todavia há também outras questões ocultas e de mais relevância, como “as relações distanciadas que determinam sua natureza” (Giddens 1991, p. 22), como a exploração e a promoção política momentânea. “Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios. Eles inventam kits superinteressantes para nos manter nesse local, alienados de tudo, e se possível tomando muito remédio. Porque, afinal, é preciso fazer alguma coisa com o que sobra do lixo que produzem, e eles vão fazer remédio e um monte de parafernália para nos entreter” (Krenak, 2019, p. 11).

No caso da beira do Rio Maguari, não existem grandes restaurantes e nem hotéis de luxo, existem pequenos restaurantes dos próprios moradores das ilhas, que recebem banhistas que percorrem o rio, a maioria moradores da RMB ou proximidades. Um ponto a ser questionado nesse contexto: será que as pessoas que

estão trabalhando e comandando esses lugares sempre serão os moradores das ilhas?

É inevitável o crescimento da visibilidade desse território, pois após o arquipélago ser reconhecido como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, o rio e os lugares para onde o barco leva despertariam mais a atenção.

A política é proposital, a partir do momento em que visa interesses de um determinado grupo, assim como o patrimônio. Valorizar um espaço está dentro desse contexto, como a orla ou a ida às Ilhas. Assim, foi desenvolvido um discurso de ambiente que combina acomodação e conforto, integrando elementos da natureza e da cultura. Logo, a partir da curiosidade ao olhar o Rio, há a vontade de conhecer além, nesse caso o caminho das Ilhas. Seria ainda uma lógica colonial de exploração ou apenas uma curiosidade “natural” entre tantas outras?

Mesmo diante desse questionamento, o turismo nesse contexto é sim bem-vindo. Os próprios moradores das Ilhas recebem visitantes, assim como têm parceria com algumas agências de turismo particulares. Mas trata-se de um turismo apartado das questões tradicionais de consumo. Os visitantes têm a oportunidade de conhecer alguns espaços da maior ilha do arquipélago, João Pilatos, onde podem tomar banho de rio, fazer trilha, com refeições feitas pelas famílias que fazem parte do roteiro. O ecoturismo seria, e é, algo praticado pelos moradores das Ilhas. É conhecido também como turismo comunitário, que abarca questões decoloniais, com preocupação local, sensível e sustentável.

2. Turismo e Patrimônio Cultural

“A imaginação da nação foi cultivada por meio de várias estratégias, como a preservação de monumentos como patrimônio nacional, os estudos sobre tradições populares, denominadas de folclore, e a escrita das histórias nacionais” (Chuva, 2020, p. 18). A importância patrimonial pode variar para diferentes grupos sociais. No âmbito legislativo e da política preservacionista federal, o reconhecimento é influenciado por diversos fatores, principalmente por meio de pesquisas e documentos. Todavia, essa valoração também não exclui a importância que uma comunidade atribui a um bem, a partir de uma experiência local, mesmo que não haja registro ou tombamento. Ou seja, “tais políticas nem sempre têm a dimensão do saber popular e da cultura preservacionista presente no cotidiano do homem” (Meneses, 2012, p. 24). Neste

sentido, essas memórias e experiências podem ser protegidas pelas próprias comunidades ou grupos, não necessariamente sendo protegidas por lei.

As questões patrimoniais surgem a partir da necessidade de um coletivo em preservar seus saberes, espaços, celebrações, identidade e memórias. Segundo Márcia Chuva (2020), a concepção de patrimônio está ligada ao valor intrínseco de bens e seu valor estético. A sua cultura está relacionada a uma construção social a partir da valoração. Logo, “não se pode, assim, dimensionar o patrimônio de uma sociedade sem considerar as suas escolhas, a construção seletiva e a memória social” (Meneses, 2012, p. 27). Nesse contexto, algumas questões emergem sobre esta patrimonialização estadual das ilhas: será que para os habitantes foi algo relevante? Será que fizeram parte dessa construção? Como lidam ou vão lidar com a visibilidade das ilhas com o passar do tempo e o possível aumento de visitantes?

Nenhuma escolha patrimonial é aleatória, é sempre proposital. Ao nomearem as Ilhas de Ananindeua como “Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial” a partir da Lei estadual nº 9.554/2022, há um propósito, possivelmente para dar mais visibilidade ao arquipélago por razões turísticas. Ao inaugurar a Orla de Ananindeua, situada às margens do rio Maguari, a partir de onde o percurso até o arquipélago se torna uma das principais atrações, busca-se intencionalmente atrair tanto a população local quanto os turistas. Além de apreciar o meio ambiente, o espaço oferece diversas opções de lazer, proporcionando uma experiência à beira do rio e promovendo oportunidades de interação e confraternização entre os visitantes.

Tudo é proposital, tudo é bem pensado na patrimonialização, ou quase tudo? É necessário também questionarmos as entrelinhas das construções, não os grandes nomes que os constroem, mas quem são os afetados por essas criações. Desde o pedreiro, até a casa onde essa pessoa mora, indagar se podem ou não ser afetados por ações “modernas” ao meio ambiente.

“É um sinal de maturidade política aceitar que haja muitas formas de escrita política cujos diferentes efeitos são obscurecidos quando se distingue entre o ‘teórico’ e o ‘ativista’” (Bhabha, 1998, p.49). Reconhecer que a nova orla permite uma abertura patrimonial que dá visibilidade às Ilhas é relevante, mas é preciso também não esquecer a destruição da natureza decorrente desta criação.

Pensar que as Ilhas de Ananindeua e as construções urbanas em seu entorno nos mostram como o pensamento humano, em alguns momentos, é egoísta, direcionado para ações voltadas aos seres humanos - esquecendo muitas vezes os

não-humanos e seus ecossistemas. Baseia-se na memória oficial a qualquer custo, ao invés de buscar criações decoloniais, sensíveis e com sentimento de pertencimento. Para esta alternativa, há o conceito de “contracolonialismo” (Bispo dos Santos, 2023), onde um indivíduo ou grupo não aceita ser colonizado, ele defende-se contra o colonialismo. Nesse caso, é preciso acreditar e ser contracolonialista no território de Ananindeua, enxergar que existem grandes perdas ambientais, culturais, sociais e pessoais além de interesses “modernizadores”.

“A diferença é que a colonização estabelece a seguinte relação: habitar é desbravar, habitar é abater a árvore. Somente a partir do momento em que a árvore é abatida, o habitar colonial começa” (Ferdinand, 2022, p. 52). Infelizmente, a mentalidade colonial ainda persiste em muitos lugares, romantizando a ideia de se afastar das cidades para encontrar descanso no meio ambiente, como se fosse uma fuga do mundo antigo para o novo. Faz parecer que a natureza não faz parte do cotidiano de muitas pessoas na contemporaneidade, o contato com a mesma é associado apenas ao lazer ou ao turismo, presente na Orla de Ananindeua, e expandido a ida às Ilhas. É previsível que as populações tradicionais queiram apenas esse contato momentâneo. Todavia, quanto mais o espaço está aberto à visitação, infelizmente, o sujeito colonial deseja explorar, derrubar para criar o seu lugar, inviabilizando muitas vezes os modos de vida dos que pertencem a estes locais.

Nós trouxemos essa reflexão a partir do pensamento de Malcom Ferdinand (2022) para pensar nas diferentes temporalidades a serem vividas, pois, uma hora ou outra, as consequências destas transformações são presenciadas, pontualmente ou permanentemente. As primeiras a serem afetadas, inclusive, são a cultura e a natureza, em ciclo. É interessante pensar como o turismo consegue criar uma ponte entre o meio natural e a cidade, o que parece ser tão distante para muitas pessoas cotidianamente acaba, por meio do turismo, criando formas de conhecer patrimônios e lugares a partir dessa atividade.

“O turismo passa a ser visto como a saída para a sustentabilidade do patrimônio edificado e urbano protegido e em boa medida abandonado, em deterioração” (Chuva, 2020, p. 26), principalmente com o pós-guerra. Com o passar do tempo, os diferentes tipos de turismo são discutidos e vividos em todo o mundo, como formas de também conhecer novas culturas e espaços de lazer e descanso. Em paralelo, a ampliação conceitual do patrimônio, abrindo horizontes para além do material, o imaterial, o natural, arqueológico e paleontológico. Durante a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, possibilitou novas

formas de preservar e presenciar o patrimônio (Unesco, 1972). Foi um momento também de ampliar a perspectiva sobre os grupos tradicionais que muitas vezes não obtinham a visibilidade necessária.

As comunidades existentes nas Ilhas de Ananindeua são consideradas comunidades tradicionais, e uma forma que elas encontraram de criar contatos com turistas e outros moradores do município foi a partir de outra possibilidade, além dos momentos de festividade, como o convite ou permissão de um morador para visitar a região, também conhecido como Turismo Comunitário.

As Ilhas de Ananindeua são possíveis de serem visitadas a partir do Turismo Comunitário, também conhecido como Turismo Ecológico. Para ir até o arquipélago, é possível contratar empresas privadas que realizam passeios de barco e que têm parcerias com moradores das ilhas e com a prefeitura. Essa forma de turismo não é tão invasiva, e nem todas as nove ilhas são de fato visitadas. Todavia, são poucos os habitantes que têm contato com os visitantes.

Seria interessante manter sempre o arquipélago com esse tipo de turismo, dando o retorno apenas local, não privatizando os espaços. A partir do momento em um local adquire maior visibilidade, infelizmente os efeitos do capitalismo recaem sobre ele, de todas as formas possíveis, cabendo às políticas públicas evitarem ao máximo essa intervenção econômica.

Nesse contexto, o primeiro passo para a descolonização é “suportar o desconforto e também provocá-lo; desconstruir temporalidades estanques; identificar anacronismos; tornar passados presentes; criar meios para múltiplas histórias existirem e se confrontarem; encontrar sujeitos onde antes só se enxergavam objetos” (Chuva, 2020, p. 32). A patrimonialização é sim necessária, pois a partir dela existem práticas legais de preservação e valorização, e para além dela, há também uma forma de educação ambiental para além da patrimonial. Devemos começar valorizando o que é nosso, o que está próximo, o que está ao nosso redor, desenvolvendo a sensibilidade para enxergar além da posse e priorizar o ser. O patrimônio nos possibilita isso, é um dos primeiros passos para florescer um novo olhar no mundo.

Conclusão

Ao nos referirmos a um local considerado patrimônio, especialmente na Amazônia, é fundamental realizar uma nova interpretação que se desvincule das estruturas coloniais brancas e elitistas. Conhecer novos espaços e comunidades,

através, por exemplo, do turismo ecológico, é sim relevante. Todavia, é importante partir de uma dimensão decolonial, pensar na atual crise climática, reestruturar novas questões que encaminhem de forma sustentável todas essas necessidades. É preciso, portanto, construir urgentemente no presente “contranarrativas” que tragam “novas perspectivas e paradigmas”, e além da denúncia, procurem “protagonizar a ação política contra a expropriação de riquezas e a brutalidade que sustentam a sociedade e o regime político no qual vivemos” (Bento, 2022, p.40).

A modernidade é uma escolha, e os caminhos que a conduzem são meramente humanos, as consequências ambientais são frutos dessas ações. Todavia, ela não significa superioridade ou de fato civilidade, é apenas uma invenção. Pensar nessa perspectiva a partir da Amazônia é excluir o rico e o diverso conhecimento das populações tradicionais existentes no território. Construir para “inglês ver” é cômodo e meramente político, mostrar apenas um lado da moeda para uma história dita oficial. Mas e a outra parte?

Aqueles que são inviabilizados, que realmente sentem as consequências dessa exploração, vivem em diferentes temporalidades presos a estruturas de colonização, sofrendo racismo ambiental, violências, e são as maiores vítimas diretas dessa modernidade. A construção de novos espaços de lazer não significa necessariamente que a população local ou os moradores do entorno desejem grandes mudanças na área. Sem a devida consideração, essas alterações podem, inadvertidamente, criar riscos para todos.

O ecoturismo nesse contexto é imprescindível para que os espaços das Ilhas sejam conhecidos de forma consciente, sem exploração e destruição, de forma sustentável e responsavelmente pensada por todos. Acreditamos que conhecer e oportunizar pessoas a olharem de outro ângulo esse outro lado da cidade de Ananindeua. É uma forma de descolonizar, sair da prerrogativa colonial e conhecer mais sobre si, sobre identidades que estão próximas da nossa herança cultural, de como deveríamos realmente valorizar a natureza e nossa ancestralidade.

“Devíamos admitir a natureza como uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós” (Krenak, 2019, p. 33), nesse caso, de Ananindeua. Há muitas formas de beneficiar de forma sustentável a população das Ilhas, principalmente a terem trocas qualitativas em seu território a partir do ecoturismo. Mas será que todos pensam assim? O pensamento colonial, que persiste, não está preocupado em mostrar a diversidade da região, quer construir e destruir alguns simbolismos e transformar tudo de acordo com seus interesses materiais. O patrimônio é de quem e

para quem? Quais são as histórias contadas a partir do discurso oficial? Quem realmente prioriza o sentimento e a identidade do lugar? Todos esses questionamentos são importantes para pensarmos as idas e vindas dos lugares que passamos, vivemos e queremos preservar. Para além de patrimonializar, é preciso descolonizar-se.

Referências

- ALMEIDA, Adrielson Furtado. *Mapa da região insular de Ananindeua/PA*. BlogspotAdrielson Furtado, 2010. Disponível em: <https://adrielsonfurtado.blogspot.com/2010/05/informacoes-gerais-sobre-regiao-insular.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. Abya Yala como território epistêmico: pensamento decolonial como perspectiva teórica. *Revista interterritórios*, v. 1, n.1, p. 42-64, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interterritorios/article/view/5009/4293>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- BENTO, Cida. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, 148p.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (org.). *Seminários DEP/FLUP*. v. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020.
- CRUZ, Fabyo. Orla de Ananindeua: novo cartão postal com vista para o Rio Maguari será inaugurado no domingo (3). *Oliberal.com*. Belém, 27 nov. 2023. Disponível em: [https://www.oliberal.com/ananindeua/orla-de-ananindeua-novo-cartao-postal-com-vista-para-o-rio-maguari-sera-inaugurado-no-domingo-3-1.751755#:~:text=A%20Orla%20de%20Ananindeua%2C%20o,no%20próximo%20domingo%20\(3\)](https://www.oliberal.com/ananindeua/orla-de-ananindeua-novo-cartao-postal-com-vista-para-o-rio-maguari-sera-inaugurado-no-domingo-3-1.751755#:~:text=A%20Orla%20de%20Ananindeua%2C%20o,no%20próximo%20domingo%20(3).). Acesso em: 30 jul. 2024.
- FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: UBU Editora, 2022
- FLEURY, Lorena Cândido; MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung; TADDEI, Renzo. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. *Sociologias*. Porto Alegre, RS, v. 21, n. 51, p. 18-43, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ufrgs.br/handle/10183/199734>. Acesso em 10 jun. 2024.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MENESES, José Newton Coelho. A Patrimonialização da Vida: Vivências, Memória Social e Interpretação do Patrimônio Cultural. In: DA COSTA, Everaldo Batista; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo. *Valor Patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. (org.). 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2012, p. 23-35.
- MIGNOLO, Walter Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: Literatura, língua e identidade. Niterói, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.
- PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). Comissão de Cultura. *Parecer nº [não identificado] 2022*. Declara como patrimônio de natureza imaterial para o Estado do Pará as “ILHAS DE ANANINDEUA” localizada insular da Região Metropolitana do Estado do Pará. Pará, 2022.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). *Projeto de Lei 135/2020, 15 de maio de 2020*. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará as “ILHAS DE ANANINDEUA” localidade insular da Região Metropolitana no Estado do Pará e dá outras providências. Pará, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2020.

PARÁ. *Lei n. 9.554, de 02 de maio de 2022*. Declara e reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, as “Ilhas de Ananindeua”, localidade insular da Região Metropolitana de Belém. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/pages/2022/2022.05.04.DOE.pdf> . Acesso em: 04 maio 2023.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. *Uma breve história dos estudos decoloniais*. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris, França, 16 nov. 1972. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/16%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B3nio%20mundial%20-%20UNESCO%201972.pdf> . Acesso em: 30 jun. 2024.

.

Data de recebimento: 13.08.2024

Data de aceite: 01.11.2024